

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS  
CONDEPACC**

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**ATA 438**

Aos 13 dias do mês de novembro de 2014, com início às 10h15m, realiza-se no Planetário – Parque Portugal – Portão 07, a quadringentésima trigésima oitava reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC, sob a presidência de Claudiney Rodrigues Carrasco e com a presença dos seguintes conselheiros: Cláudio Natal Orlandi, titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura – Monna Hamssi Taha, suplente da Secretaria Municipal de Planejamento – Paola Bassoli Costa, suplente da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – Roberto Santos Alberto, suplente da Secretaria Municipal do Verde e Desenvolvimento Sustentável – Nelson Ribeiro Machado, suplente da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – Daisy Serra Ribeiro, Antônio Henrique Felice Anunziata, titular e suplente da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) – Adriana Scolfaro, titular do Conselho Municipal de Turismo – Marcelo Alexandre Juliano, titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – Jamil Cury Sawaya, titular da Pontifícia Universidade de Campinas – PUC – Fernando Pina Figueiredo, suplente do Centro de Ciências, Letras e Artes – Sérgio Galvão Caponi, titular da Academia Campineira de Letras e Artes – Rose Mary Lopes Lima – Ana Maria Sorrosal, titular das Entidades Ambientais – Orlando Rodrigues Ferreira, titular da Associação Campineira de Imprensa – Cláudia Quintino Araújo, suplente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de S.P. – SINDUSCON – João Manuel Verde dos Santos, titular da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura – AREA – Roberto Baldin Simionatto, titular da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas – AEAC – Olga R. de Moraes von Simson, titular do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas – IHGGC – Mário gravem borges, suplente do Conselho Municipal de Cultura – Pia Gerda Passetto, suplente do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA. O presidente Claudiney Rodrigues Carrasco cumprimenta a todos os presentes passando para os informes.

**COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS:**

O conselheiro Roberto Simionatto diz que a autonomia do Conselho é voltada à preservação, mas pergunta sobre a Avenida Francisco Glicério? Compareceu à Câmara, no Debate Público sobre “Projetos de implantação e revitalização da área central”, no dia 23 de outubro. Neste dia foi falado que a ideia é modificar os quiosques da avenida para terem aspectos de cafés parisienses, o que torna muito bonito um “boulevard”. Porém, os proprietários dos quiosques durante a audiência reclamavam que não teriam dinheiro para adequar esses espaços. Mas qual público vai girar em torno desses cafés? Esse público é compatível com a proposta? Temos que pensar que os quiosques existentes na avenida concorrem com os lojistas, porém, não pagam

impostos. Preocupa-se com a poluição que isso poderá ocasionar. A conselheira Pia Gerda Passetto avalia que o valor para se transformar o espaço em café será alto. O conselheiro Roberto Simionatto fala que além de comentar sobre o assunto quer pedir ajuda, pois a teoria que está sendo apresentada não é o que verdadeiramente pode acontecer. O foco é colocar barracas diversificadas que não é o mix. Quando no debate quis colocar seu ponto de vista, três pessoas que estavam atrás o mandaram ficar quieto, quase o agredindo só porque queria falar. Não sabe se cabe a nós, Conselho, não o enterramento elétrico, mas a diminuição do leito carroçável. Estender a calçada vai gerar um colapso, pois onde se tira veículos, gera perigo, como a Rua 13 de maio que após as 19h fica intransitável. Peço Secretário que avalie o assunto. O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira coloca que não entende o que se está pretendendo, pois o Plano Urbanístico de Prestes Maia, e 1938 ao final dos anos 1960, proporcionou o alargamento da Avenida Francisco Glicério, ocasionando desapropriações e até a demolição da Igreja do Rosário, isto sob a justificativa do crescimento da cidade, mas agora a ideia é estreitar-se novamente a mesma, que já possui um trânsito caótico e saturado, assim sendo um contrassenso, portanto, deve-se considerar o que se pretendia no passado e quais são de fato as pretensões atuais; hoje as calçadas da Avenida são afrontas à acessibilidade e à civilidade porque estão tomadas por Bancas das mais diversas, algumas Bancas de Jornal vendem de tudo... inclusive jornal, camelôs se apropriaram do espaço público, equipamentos públicos ruins e mal instalados, agora surgindo as caçambas de lixo para prejudicar ainda mais, isto sem contar que o Centro apresenta elevada violência e criminalidade ao encontrar-se quase que completamente ocupado por assaltantes, mendigos e moradores de rua; demonstra a preocupação em relação aos futuros "Food Trucks", veículos adaptados à venda de alimentos, e à falta de legislação apropriada para esse tipo de comércio, podendo ocorrer em Campinas o mesmo que em São Paulo, com pessoas convivendo com carros adaptados para a venda de alimentos, entre outros empecilhos e problemas. O conselheiro Roberto Simionatto comenta sobre três barracas junto a ponto de ônibus que tem autorização pela SETEC. Teoricamente deveria ser um quiosque a cada 100 m e não uma barraca junto da outra. A conselheira Ana Sorrosal apoia o conselheiro Roberto Simionatto quanto a não se permitir uma barraca ao lado da outra. O presidente Claudiney Carrasco se pronuncia dizendo que audiência pública é para falar. O conselheiro Roberto Simionatto diz que falou com o vereador Marcos Bernardelli sobre seu ponto de vista que respondeu em voz alta, colocando as pessoas a sua volta prevenidas sobre sua colocação; tem coragem, mas não é louco. O que está sugerindo hoje é que se tenha um ordenamento, pois o que viu na audiência pública é que os donos de barracas não concordam nem em mudar de lado na avenida. O presidente Claudiney Carrasco coloca que não é como o pessoal quer, terão que obedecer ao estipulado pelo Prefeito. Podemos marcar uma reunião extraordinária para discutir o projeto. O Condepacc tem a representação de várias entidades da sociedade. Ouvir o Condepacc é importante. Quem está coordenando a revitalização do Centro é a Secretaria de Cultura, mas por enquanto não estamos falando de projeto, estamos falando de um conceito. A

Maria Rita propôs um conceito, uma ideia. Quando não houver a concordância sobre uma ideia, faz-se um projeto sobre aquele assunto. Quando se fala em uma calçada são questões rápidas e viáveis, mas não é uma coisa que envolva o global. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos lembra que em janeiro o Conselho estará em recesso; será que vamos ter tempo para discutir? Está no Conselho desde 92 e já viu muita coisa acontecer. O presidente Claudiney Carrasco coloca que a comissão já está trabalhando no projeto, que passará pelo Condepacc. A conselheira Ana Sorrosal lembra que ficou estabelecido na última reunião sobre encaminhamento de relatório ao Executivo. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro explica que está sendo feito o relatório de requalificação, com várias Secretarias e funcionários da Prefeitura. O fato de a CPFL começar a embutir os fios em 15 de janeiro, no modo de ver da Comissão não interfere na discussão, pois o projeto e sua continuidade é outra situação. O conselheiro Roberto Simionatto considera o enterramento da fiação como uma necessidade; seu questionamento é sobre a malha viária. Se for feita uma avaliação sobre os atropelamentos na cidade, será verificado que no Centro da cidade o número é ínfimo. O conselheiro Mário Gravem aquilata que é humanamente impossível o poder público agradar a todos, porém é muito importante que tudo seja muito claro. Outro item é sobre as apresentações dos técnicos da CSPC que devem ser encaminhados aos Conselheiros. A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que todos os processos de tombamento, com os estudos e apresentações estão no site da Prefeitura; os que ainda não foram é simplesmente por uma questão técnica, pois foi feita uma reformulação, podendo ser digitalizados todos de uma vez. Os estudantes já fazem sua pesquisa pelo site. Não só os processos de tombamento são digitalizados, mas os processos de estudo também. Os processos são digitalizados na íntegra, com todos os encaminhamentos e documentos anexados. O conselheiro Roberto dos Santos comenta que a Secretaria de Cultura tem Facebook. A Secretaria do Verde pinça notícias da Prefeitura e coloca no Facebook da Secretaria para que as pessoas tenham acesso. É uma sugestão. O presidente Claudiney Carrasco avalia a necessidade de uma reunião, com convite às pessoas da comissão da revitalização do Centro para apresentação do projeto ao Conselho. Se necessário será feita uma reunião extraordinária. A conselheira Ana Sorrosal convida para o abraço simbólico e poético dia 14 de novembro, às 20 h, no Museu da Cidade. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos diz que o abraço se dará como um evento que traz a ideia do Toninho, resgatando o movimento Febre Amarela. O conselheiro Fernando Pina disponibiliza plantas do Museu da Cidade que tem em seu escritório; que ali estão guardadas há muito tempo. O presidente Claudiney Carrasco esclarece que a ideia é realmente resgatar. A Adriana Barão está fazendo um trabalho muito bonito no Museu da Cidade, que no momento está passando por higienização e conservação de suas peças. Há uma proposta de patrocínio a partir de uma exposição. A conselheira Olga von Simson comenta que a Adriana Barão estudou o Museu do Faldore. **COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE:** O presidente Claudiney Carrasco convida para: 1) sarau na Praça Carlos Gomes com o cantor Arnaldo Antunes, hoje dia 13 de novembro, às 19 h,

programação do dia no projeto Cidade Ocupada, realizado pelo SESC-Campinas; 2) o abraço no Museu da Cidade, amanhã, às 20 h; 3) evento da Secretaria de Estado da Cultura: "Encontro 2014 – Patrimônio Cultural: Caminhos e Oportunidades" que se realizará dia 08 de dezembro de 2014, segunda-feira, às 8h45, o convite será encaminhado por e-mail a todos os Conselheiros. Continuando com os informes, conta que a empresa Falcão Bauer terminou os testes estruturais do Centro de Convivência, e o laudo diz que não há comprometimento da estrutura e a Arena ainda guarda a carga de público, que será diminuída por questões de segurança, guarda-corpo, corrimão, corredor de saída de emergência. Há dois dias começou de forma rápida a elaboração de um evento para o final de ano, mesmo antes da reforma. Está na Secretaria de Cultura há um ano e dez meses trabalhando com calma, sem precipitação, buscando solução para o Centro de Convivência. A conselheira Ana Sorrosal pergunta sobre o lençol freático que fica embaixo e que necessitava de bombeamento constante? O presidente Claudiney Carrasco explica que o lençol freático será desviado. Após esses testes, será necessário projeto de mecânica, elétrica, hidráulica, de drenagem, outro para a sala e a cênica. Como o lençol freático sobe na época das chuvas, o fosso do teatro nunca pode ser usado; o desvio desse lençol permitirá que o fosso possa ser aproveitado. A boa notícia quanto a estrutura diminui muito o custo de reforma, o que permitirá que se invista para ter uma sala como a Sala São Paulo. Assim que tiver o projeto que está sendo feito por TAC irá em busca de verbas para a reforma. Quem de fato poderá fazer a reforma necessária é quem faz teatro internacional. Continuando passa para **EXPEDIENTE**: Apreciação das ATAS 435 e 436. Coloca em votação a Ata 435, com voto contrário da conselheira Ana Sorrosal e com abstenções dos conselheiros Olga von Simson, Paola Bassoli Costa, Roberto Santos Alberto, Rose Mary Lopes Lima e Sérgio Galvão Caponi é **APROVADA a ata 435**. Na sequência coloca em votação a Ata 436, com abstenções dos conselheiros Marcelo Alexandre Juliano, Paola Bassoli Costa, Roberto Santos Alberto, Rose Mary Lopes Lima e Sérgio Galvão Caponi é **APROVADA a ata 436**. **ORDEM DO DIA: a – Solicitação para indicação de dois (2) representantes do Condepacc (um titular e um suplente) para participarem da Comissão Geral Participativa de Revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo – CGP**. O presidente Claudiney Carrasco explica que o Condepacc precisa indicar dois conselheiros para participarem da discussão da nova lei de uso e ocupação do solo. Esses Conselheiros precisam ir às reuniões, discutir e trazer para o Conselho para que o mesmo se mantenha informado, pois são questões sérias, onde há necessidade de cautela e critérios. O conselheiro Marcelo Juliano diz que não se trata de discussão de mudança de zoneamento, é um projeto que pensa a cidade na atualidade; é uma revisão conceitual completa para um modelo de cidade para os próximos 20/30 anos. Algumas reuniões são abertas onde todos os Conselheiros podem e devem participar. Houve uma reunião na semana passada no Salão Vermelho que foi muito proveitosa. Há necessidade da contribuição de toda a Cidade. O conselheiro Mário Gravem diz que participou da comissão composta pelas conselheiras: Regina Márcia, Olga, Ana e Rosana onde foram discutidos

assuntos muito pertinentes à cidade; se sente feliz por ter participado dessa discussão. Esta nova discussão não é trabalho de arquitetos, engenheiros, diz respeito à cidade de um modo geral. Acha-se vítima como todo mundo pela falta de fiscalização dos governos de um modo geral; implica em uma questão de governança. Se candidata para participar da Comissão. O conselheiro Roberto Simionatto se candidata para participar da Comissão. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos se coloca à disposição como arquiteto e urbanista. A conselheira Pia Gerda Passetto diz que gostaria de participar como candidata. O presidente Claudiney Carrasco organiza votação para eleição de dois representantes do Condepacc (um titular e um suplente) para participarem da Comissão Geral Participativa de Revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo – CGP com os seguintes candidatos: João Manuel Verde dos Santos, Mário Gravem Borges, Pia Gerda Passetto e Roberto Baldin Simionatto. Com 11 (onze) votos fica eleito como titular o conselheiro João Manuel Verde dos Santos e com 04 (quatro) votos fica eleito como suplente o conselheiro Roberto Baldin Simionatto. Os candidatos Mário Gravem e Pia Passetto tiveram respectivamente 03 (três) e 01 (hum) voto, sendo um voto em branco. / **b – “04 Imóveis: - Imóvel à Rua Barão de Jaguará nº. 548; - Imóvel à Rua Barão de Jaguará nº. 576; - Imóvel à Avenida Francisco Glicério nº. 601 e – Imóvel à Rua Duque de Caxias nº. 385”** - Processo de Estudo de Tombamento nº. 006/08 (imóveis na área envoltória do Largo do Pará). Apresentação pelo historiador Henrique Anunziata, técnico da CSPC: “O Córrego do Tanquinho fazia parte da rede de cursos de água que ajudou a população na ocupação e no desenvolvimento da cidade. As águas seguiam passando pelas Ruas Barão de Jaguará e Avenida Anchieta, e desaguavam na altura da Avenida Orosimbo Maia. Com o crescimento da população e a aproximação da malha urbana, a área teve de ser canalizada, pois os córregos eram vistos como barreiras para o desenvolvimento e sempre inundavam as áreas do entorno. Devido à epidemia da febre amarela (de 1889 a 1896), o poder público decidiu realizar um projeto sanitário, drenando pântanos e canalizando córregos. O plano previa ainda o aproveitamento das nascentes para o abastecimento da cidade. A denominação de “Largo do Pará” foi dada a pela Câmara Municipal em 1896, em homenagem ao maestro Carlos Gomes, cidade onde morou e faleceu. O nome substituiu a então denominação “Largo do Tanquinho”. O Largo do Pará neste período era considerado um Jardim e em 1899 recebeu um passeio e canteiros de plantas em 1899. Na data de 1901 transfere-se o coreto da Praça Bento Quirino para este logradouro público, que permanece no local até hoje. Em 1933 devido à interferência no Largo do Rosário, com o corte da mata e a remodelação da área para a implantação do Monumento a Campos Sales a praça recebe o chafariz que ali se localizava, fundido pela Casa Mac-Hardy de Campinas. O córrego permanece canalizado sob o Largo do Pará. Em 1908 Orosimbo Maia realiza outra intervenção significativa no Largo do Pará, onde a reforma contou com a substituição de plantas e o rebaixamento do nível da Rua Barão de Jaguará eliminando o talude e os degraus existentes, para que a cota permanecesse igual ao interior do jardim facilitando o acesso a praça. Por ocasião do Bicentenário do Café, em 1927, a praça recebeu um monumento que

marca Campinas como o mais importante centro produtor de café do país. Em 1930, o local ficou conhecido como Praça João Pessoa e no final da década de 40 como praça da "Independência", mas logo voltou a sua denominação original e definitiva de Largo do Pará. Neste período são construídos casarões que contém uma tipologia típica de bangalôs e alpendres em torno da praça, local conhecido como nobre e de alta qualidade. Nesta área se concentra as edificações da Cúria Metropolitana de Campinas como a Casa do Bispo, o Primeiro e o Segundo Seminário, e a própria Cúria Metropolitana. Nas décadas de 1940 e 1950 o espaço não passou por transformações acentuadas, contudo no ano de 1966 o Largo do Pará recebe uma intervenção de porte, que foi a construção de um arruamento no meio da Praça, começando na Rua Francisco Glicério indo para a Rua Aquidaban. Em 1978 a região sofreu uma drástica modificação com a demolição de quatro quarteirões e a derrubada de centenas de imóveis, inclusive os da Cúria Metropolitana como a Casa do Bispo, assim como a retirada de metade do terreno da Praça do Largo do Pará para a construção da Avenida Aquidaban. Dentro desta realidade permaneceram somente os quatro casarões listados neste Processo de Estudo de Tombamento nº 006/008. Diante do exposto, sugerimos o tombamento de três edificações, onde citamos: **Rua Duque de Caxias, nº 385** – Implantação no meio do lote com presença de recuos em todos os lados da edificação; Ocupação parcial do lote construída na área central da cidade; Em função de documento comprovado encontrado no Arquivo Público Municipal de Campinas, no Setor de Arquivo Permanente, recebeu grande intervenção em 1932, conforme visualizamos na atualidade; Estilo eclético com presença de características predominantemente neocoloniais e neodássicas; Remanescente do período em que a urbanização da cidade, aliada a uma classe de população abastada, revela tipologias arquitetônicas em busca da modernidade; a construção se encontra implantada com tamanho avantajado no terreno de forma centralizada, permitindo a existência de áreas livres ao redor destinadas ao ajardinamento, especialmente na frente e nas laterais do terreno; Técnica construtiva em alvenaria de tijolos maciços e concreto armado no embasamento e nas vigas de sustentação destinadas a vencer os grandes vãos da edificação, apoiadas nas paredes estruturais de tijolos autoportantes argamassadas com cimento, cal e areia. Soma-se a essa amarração o madeiramento que sustenta o telhado e o forro do pavimento superior. Telhado recoberto por telhas cerâmicas tipo francesas, porém recoberto por platibandas. Presença do ferro fundido nas janelas do tipo vitrôs basculantes, nas marquises de fechamento das sacadas e nos gradis de vedação da murada de delimitação do lote. O forro de gesso se encontra na edificação com acabamento nas laterais das paredes com golas de ornamentação. A madeira é muito utilizada nas esquadrias de portas e janelas e no revestimento de pisos e forros da residência; Tipologia arquitetônica assobradada, requintada, de desenho arquitetônico simétrico e bem elaborada do ponto de vista da ornamentação. Composta de arcos abatidos nas envasaduras, de generosos vãos livres nos alpendres e sacadas cobertas e cercadas de elementos vazados em cerâmica e argamassa. Telhado em quatro águas, com várias águas furtadas que se projetam a partir da cobertura principal

da edificação. As áreas avarandadas existentes no térreo e no pavimento superior apresentam vãos em arcos plenos. A varanda do piso superior do sobrado encontra-se coberta por uma marquise de perfis metálicos vedados com vidros, permitindo certa leveza no desenho arquitetônico. A marquise está apoiada em colunatas que sustentam os vãos em arcos plenos, produzindo um desenho ritmado e harmonioso. O guarda corpo da varanda superior arremata os vãos livres com um conjunto de balaustrada. O pé direito da residência é generoso, possuindo amplos espaços internos. As fachadas apresentam-se como verdadeiros murais compostos de curvaturas, pilastras, cimalthas e cornijas denotando a tradição clássica. O telhado encontra-se embutido nas platibandas curvas ricamente ornamentadas. O espaço da garagem situa-se na lateral da residência, fazendo parte da planta arquitetônica e totalmente incorporada à sua tipologia; Configuração espacial da volumetria composta de cobertura em diversas formas e panos d'água, prevalecendo o telhado de quatro águas que recobre a residência de grande dimensão; Fachadas compostas de envasaduras avantajadas de janelas e portas com esquadrias de madeira e vidro. Presença do ferro fundido e do vidro colorido nas janelas e nas bandeiras das portas. As paredes externas no pavimento superior apresentam frisos horizontais argamassados de arremate e que contornam as fachadas externas na base superior dos vãos de janelas. O revestimento é de argamassa à base de cimento, cal, areia e pintura. **Rua Barão de Jaguará nº 548** – Implantação no meio do lote com presença de recuos em todos os lados da edificação; Ocupação parcial do lote, construção geminada localizada na área central da cidade, situada na Rua Barão de Jaguará; Datada da década de 1930, em função de documento comprovado encontrado no Arquivo Público Municipal de Campinas, no Setor de Arquivo Permanente; Estilo bangalô edético com presença de características predominantemente neoclássicas e alguns elementos que se remetem ao estilo neocolonial; Remanescente do período em que a urbanização da cidade, aliada a uma classe de população abastada, revela tipologias arquitetônicas em busca da modernidade; Construção compõe um cenário residencial suntuoso e elegante no entorno do Largo do Pará. Encontra-se implantada com tamanho avantajado no terreno de forma centralizada, permitindo a existência de áreas livres ao redor destinadas ao ajardinamento, especialmente na frente e nas laterais do terreno; Técnica construtiva em alvenaria de tijolos maciços e concreto armado no embasamento e nas vigas de sustentação destinadas a vencer os grandes vãos da edificação, apoiadas nas paredes estruturais de tijolos autoportantes argamassadas com cimento, cal e areia. Soma-se a essa amarração o madeiramento que sustenta o telhado e o forro do pavimento superior. Telhado recoberto por telhas cerâmicas tipo francesas. Os beirais dos telhados apresentam acabamento argamassado em forma de cornija de retorno que aparece em torno da base da empena da edificação. Presença do ferro fundido nas janelas do tipo vitrôs basculantes, nos vitrais de iluminação da escadaria interna e nos gradis da murada do lote e dos portões. O forro de gesso se encontra na edificação com acabamento nas laterais das paredes com golias de ornamentação. A madeira é muito utilizada nas esquadrias de portas e janelas e

no revestimento de pisos e forros da residência. O ladrilho hidráulico decorado merece destaque como revestimento da área composta dos jardins e do acesso à garagem e da calçada pública que contorna a edificação; Tipologia arquitetônica assobradada, de desenho de planta simétrica, imponente com recuos laterais, frontal e posterior, que privilegia as áreas livres do lote ocupado por jardins dispostos em canteiros com vegetação arbustiva e arbórea. O pavimento superior na fachada frontal apresenta sacada/alpendre coberto, cercado por parapeito sustentado por elementos vazados de cerâmica argamassada e pedestais de alvenaria. Sustenta-se por colunas de alvenaria com anel na base, fuste maciço e com frisos verticais, capitel com volutas que se apoiam no pavimento térreo da edificação. O desenho arquitetônico das sacadas configura-se em duas fachadas de ressalto laterais simétricos e cobertos por telhado de duas águas que se prolongam em forma de água furtada do telhado principal da edificação. O limite das sacadas finaliza nas escadarias existentes de acesso principal a ambas as residências. Em se tratando de casas geminadas, cada uma delas possui o espaço da garagem instalada na lateral de cada residência, fazendo parte da planta arquitetônica da casa e totalmente incorporada à sua tipologia; Configuração espacial da volumetria composta de cobertura em diversas formas e panos d'água, prevalecendo o telhado de quatro águas com "oitão" e beiral forrado que recobre a residência de grande dimensão; Fachadas compostas de envasaduras avantajadas de janelas e portas com esquadrias de madeira tipo venezianas. Presença do ferro fundido e do vidro colorido nas janelas e nas bandeiras das portas. As paredes externas apresentam frisos de ornamentação com motivos florais, medalhões na base dos frontões com guirlandas. O revestimento é de argamassa à base de cimento, cal, areia e pintura; Vãos de janelas de caixilho de madeira arrematados com cornijas horizontais e ornamentos de volutas argamassadas na base superior das janelas. **Rua Barão de Jaguará, nº 576** – Implantação de esquina com presença de recuos em quase todos os lados da edificação. A fachada lateral que se encontra voltada para a Rua Duque de Caxias não apresenta recuo, estando alinhada na calçada; Ocupação parcial do lote, construída na área central da cidade, localizada na esquina das Ruas Barão de Jaguará e Duque de Caxias; Datada de 1932, em função de documento comprovado encontrado no Arquivo Público Municipal de Campinas, no Setor de Arquivo Permanente; Estilo bangalô edético com presença de características predominantemente neoclássicas e alguns elementos que se remetem ao estilo neocolonial; Remanescente do período em que a urbanização da cidade, aliada a uma classe de população abastada, revela tipologias arquitetônicas em busca da modernidade; a Construção compõe um cenário residencial suntuoso e elegante no entorno do Largo do Pará. Encontra-se implantada com tamanho avantajado no terreno na forma praticamente quadrada, permitindo a existência de áreas livres ao seu redor destinadas ao ajardinamento, especialmente na frente e nas laterais do terreno; Técnica construtiva em alvenaria de tijolos maciços e concreto armado no embasamento e nas vigas de sustentação destinadas a vencer os grandes vãos da edificação, apoiadas nas paredes estruturais de tijolos autoportantes argamassadas com cimento, cal e areia. Soma-se a essa



amarração o madeiramento que sustenta o telhado e o forro do pavimento superior. Telhado recoberto por telhas cerâmicas tipo francesas. Os beirais dos telhados apresentam acabamento argamassado em forma de cornija de retorno que aparece em torno da base da empena da edificação. Presença do ferro fundido nas janelas do tipo vitrôs basculantes, nos vitrais de iluminação da escadaria interna e nos gradis da murada do lote e dos portões. O forro de gesso se encontra na edificação com acabamento nas laterais das paredes com golas de ornamentação. A madeira é muito utilizada nas esquadrias de portas e janelas e no revestimento de pisos e forros da residência. O ladrilho hidráulico decorado merece destaque como revestimento da área composta dos jardins e do acesso à garagem e da calçada pública que contorna a edificação; Tipologia arquitetônica assobradada, de desenho de planta simétrica, praticamente quadrada, imponente com recuos lateral, frontal e posterior, que privilegia as áreas livres do lote ocupado por jardins dispostos em canteiros com vegetação arbustiva e arbórea. O pavimento superior na fachada frontal apresenta sacada/alpendre descoberto, em forma de "L", com generoso vão livre, cercado por parapeito sustentado por balaustrada e pedestais e se prolonga até o alinhamento da calçada. Sustenta-se por colunas de alvenaria com anel na base, fuste maciço e liso, capitel com volutas que se apoiam no pavimento térreo da edificação. Na fachada posterior e lateral há uma varanda coberta e também cercada por balaústres de alvenaria. O espaço da garagem já faz parte da planta arquitetônica da casa, instalada em uma das laterais da residência e totalmente incorporada à sua tipologia. Apresenta telhado em duas águas recoberto de telhas cerâmicas do tipo francesas; Estes imóveis caracterizam-se como os únicos exemplares representativos de uma paisagem urbana, decorrente de um determinado tempo e espaço relevante economicamente e socialmente, esteticamente harmonioso e que compõe urbanisticamente o entorno do Largo do Pará. **Devido às características ímpares destas três edificações, citadas acima, se recomenda o tombamento das volumetrias formadas por seus telhados, fachadas, elementos de ornamentação e composição arquitetônica. Alguns elementos construtivos e/ou decorativos existentes no Interior das residências deverão ser descritos em Resolução de tombamento.** O imóvel a **Av. Francisco Glicério, nº 601** – Implantação no meio do lote com presença de recuos em todos os lados da edificação; Ocupação parcial do lote construída na área central da cidade; Datada da década de 1920, em função de documento comprovado encontrado no Arquivo Público Municipal de Campinas, no Setor de Arquivo Permanente. Porém, recebeu intervenções em 1929, conforme o que visualizamos na realidade; Estilo bangalô edético com presença de características predominantemente neocoloniais; Remanescente do período em que a urbanização da cidade, aliada a uma classe de população abastada, revela tipologias arquitetônicas em busca da modernidade; Construção se encontra implantada com tamanho avantajado no terreno de forma centralizada, permitindo a existência de áreas livres ao redor destinadas ao ajardinamento, especialmente na frente e nas laterais do terreno; Técnica construtiva em alvenaria de tijolos maciços e concreto armado no embasamento e nas vigas de

sustentação destinadas a vencer os grandes vãos da edificação, apoiadas nas paredes estruturais de tijolos autoportantes argamassadas com cimento, cal e areia. Soma-se a essa amarração o madeiramento que sustenta o telhado e o forro do pavimento superior. Telhado recoberto por telhas cerâmicas tipo francesas. Os beirais dos telhados apresentam tabeira de madeira e acabamento argamassado em forma de cornija de retorno que aparece em torno da base da empena da edificação. Presença do ferro fundido nas janelas do tipo vitrôs basculantes, nos vitrais tripartidos de iluminação da escadaria interna. O forro de gesso se encontra na edificação com acabamento nas laterais das paredes com golas de ornamentação. A madeira é muito utilizada nas esquadrias de portas e janelas e no revestimento de pisos e forros da residência; Tipologia arquitetônica assobradada, de desenho de planta simétrica, imponente com recuos laterais, frontal e posterior, que privilegia as áreas livres do lote. O pavimento térreo apresenta varanda coberta com telhado independente da cobertura principal da edificação que se projeta a partir da fachada frontal até os limites dos canteiros do jardim frontal. Encontra-se sustentada por grandes vãos arqueados nas extremidades e por colunas duplas de alvenaria, decoradas com motivos que se remetem à cantaria. Estas colunas se apoiam no pavimento térreo da edificação. As fachadas externas da edificação apresentam volume escalonado e coberto com telhados independentes de duas águas e se prolongam em forma de água furtada nas fachadas lateral e posterior. O limite da varanda finaliza na escadaria curva existente de acesso principal a residência. O espaço da garagem situa-se na lateral da residência, fazendo parte da planta arquitetônica e totalmente incorporada à sua tipologia; Configuração espacial da volumetria composta de cobertura em diversas formas e panos d'água, prevalecendo o telhado de duas águas com "oitão" e beiral forrado que recobre a residência de grande dimensão; Fachadas compostas de envasaduras avantajadas de janelas e portas com esquadrias de madeira tipo venezianas. Presença do ferro fundido e do vidro colorido nas janelas e nas bandeiras das portas. As paredes externas no pavimento superior apresentam frisos horizontais argamassados de arremate e que contornam as fachadas externas na base superior dos vãos de janelas. Além disso, compõem-se também de elementos em forma de frisos verticais argamassados nos "oitões" das referidas fachadas. O revestimento é de argamassa à base de cimento, cal, areia e pintura; Vãos de janelas de caixilho de madeira arrematados com frisos argamassados na base superior das janelas. **A sugestão para este imóvel é que não seja tombado por causa de sua descaracterização, motivo que pode ter ocorrido devido ao alargamento da Rua Francisco Glicério para tornar-se avenida, foi retirada a parte da frente composta por jardins e escadaria da fachada sul, modificando a frente do imóvel, bem como posteriormente foi retirada a entrada da garagem que ficava ao fundo do lote".** Após a apresentação o presidente Claudiney Carrasco pede que todos sejam concisos em suas ponderações para podermos votar. O conselheiro Mário Gravem diz que modéstia à parte, a comissão em que participou tratou da questão entre o bem público e o privado. Nosso objetivo é tombar, além de que não vê no que essas casas podem

atrapalhar no desenvolvimento da cidade. O que interessa é a memória afetiva. Há necessidade de preservação de elementos chaves para que esses espaços não virem estacionamento. A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que quando é aberto um processo de estudo de tombamento é para análise, o que permite a verificação arquitetônica e histórica do bem de forma mais profunda, ao mesmo tempo em que o imóvel está preservado, pois não é permitida nenhuma intervenção sem autorização da CSPC. O conselheiro Sérgio Caponi coloca que a casa da Avenida Francisco Glicério com a Rua Duque de Caxias é muito representativa não só quanto a volumetria e fachada, mas quanto ao interior da casa com a sala de refeições dando para a varanda, assim como as divisões internas; tudo isso representando o modo de vida. Em seu ponto de vista esta casa deve ser tombada na sua integralidade. O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira comenta que frequentou esta casa na década de 80, quando no local estava instalada a agência Logus de publicidade e propaganda, e que procede muito o citado pelo conselheiro Caponi, concordando com ele. O conselheiro Sérgio Caponi diz que quanto às outras duas casas, devem ser preservadas não só quanto a questão emocional, mas quanto a questão histórica. Os proprietários devem tomar conhecimento da importância desses imóveis. Com relação ao imóvel da Avenida Francisco Glicério, que está muito descaracterizada, vai se abster apesar de acreditar que também deva ser preservada. A construção da Avenida Aquidabã foi muito importante ao mesmo tempo em que registra a dor de cidadãos que perderam um momento histórico de muita importância. O conselheiro Marcelo Juliano parabeniza o Henrique pela apresentação muito esdarecedora, porém de maneira concisa. Discorda do que alguns conselheiros dizem; o imóvel da Avenida Francisco Glicério não está atualmente com a caracterização que as outras têm. Sem a Avenida Aquidabã, Campinas hoje, seria travada. As três casas não representam necessariamente toda a história do Largo, porém concorda que sejam preservadas, mas não consegue dar o título de patrimônio para a quarta casa. A cidade precisa se recidar, mas isso não quer dizer que vamos desprezar o que é importante. Continuando diz que está muito preocupado com os imóveis da Rua General Osório e com a casa modernista que está toda descaracterizada. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos parabeniza o Henrique que brindou a todos com excelente apresentação. O Conselho hoje está estruturado com a base que os técnicos da CSPC estão trazendo. Se um imóvel está descaracterizado não tem como resgatar; isso não quer dizer que está dando aval para demolição. Concorda com o tombamento das três casas que estão mais conservadas, mas acredita ser necessário um levantamento interno para verificação de elementos internos, como pisos, portas e outros ornamentos. A Resolução deve contemplar alteração a cada novo elemento que possa ser descoberto como item relevante de preservação. O conselheiro Roberto Simionatto fala que se a parte interna for preservada pode inibir que o proprietário tenha renda. O imóvel que tem impedimento de telhado, cobertura e interior todo preservado, quando for tão rico em preservação, devem ser utilizados pela Prefeitura como um museu para que o proprietário tenha rentabilidade. Quanto um tombamento se refere apenas à fachada, o potencial

construtivo muda. A conselheira Ana Sorrosal diz que em relação ao que o conselheiro Marcelo falou sobre os imóveis na Rua General Osorio, há mais ou menos um ano mandou solicitação ao Condepacc para que a placa original Rua da Boa Morte fosse recolocada, mas só foi tomado ciência. Continuando diz que concorda com o que o conselheiro Roberto falou; vamos deixar de morar em condomínios fechados e voltar a morar no centro da Cidade. A conselheira Olga von Simson pondera que no interior das casas pode haver elementos que talvez devam ser mantidos. Há necessidade de se apontar aos proprietários que eles têm em seu poder uma joia. O conselheiro Sérgio Caponi expõe que não podemos dar um cheque em branco para o imóvel da Avenida Francisco Glicério, quanto às outras casas são de grande interesse inclusive por serem do final do Séc. XVIII começo do Séc. XIX. Continuando fala de casinhas que tem 4 ou 5 metros de frente (fachada), mas longa no comprimento, talvez até por uma questão de segurança e que de uma década para cá essas fachadas estão sendo deterioradas. Quer informação de como está a casa ao lado da PUC quanto ao seu interior, se está tombada e qual é o grau de tombamento. O presidente Claudiney Carrasco dia que há um fenômeno recorrente no Conselho, pois todas as vezes que se está discutindo algum item para tombamento ou para abertura, onde o foco deve ser direcionado ao que se está discutindo, sempre há debate sobre outros bens, outras casas e imóveis. Pede aos Conselheiros que seja solicitada a inclusão em pauta pela CSPC itens que julguem ser necessários para discussão. Há necessidade que os Conselheiros formalizem as ideias e as propostas. Para se eliminar a burocracia protocolando as solicitações no Paço, sugere que seja encaminhado via e-mail. Qualquer cidadão pode fazer solicitação à CSPC, desde pedido de tombamento, quanto à denúncia sobre algum bem que esteja sendo deteriorado. Costumamos aqui no Brasil, que o Poder Público tem que resolver e tomar iniciativa de inúmeras questões, mas o cidadão é coparticipe do Governo. Vamos direcionar nossas solicitações, trazer ao Conselho para votar. Há necessidade de se tomar atitudes mais efetivas. O conselheiro Sérgio Caponi comenta que o a fala dos Conselheiros consta em ata. Precisa ser mais específico? O presidente Claudiney Carrasco explica que a ata é um registro do que foi dito e discutido em uma reunião, os questionamentos, é de fato um instrumento de proteção legal. O conselheiro Roberto Simionatto pondera que de fato, ao se expor algumas questões, os Conselheiros ficam divagando. O presidente Claudiney Carrasco especifica que as questões levantadas pelos Conselheiros devem ser feitas de forma formal, para que possam ter prosseguimento. Continuando volta à questão do tombamento para ser feita a votação. A CSPC na apresentação do estudo dos quatro imóveis propõe o tombamento de três deles e a retirada de um do tombamento por estar muito descaracterizado. Coloca em votação primeiramente os três imóveis: Imóvel à Rua Barão de Jaguará nº. 548; - Imóvel à Rua Barão de Jaguará nº. 576; - Imóvel à Rua Duque de Caxias nº. 385 – **Aprovado o Tombamento por unanimidade.** Na sequência coloca em votação a retirada do Processo de Tombamento do Imóvel à Avenida Francisco Glicério nº. 601 – **Aprovado com 13 votos favoráveis, 04 contrários e 03 abstenções.** Quanto à Resolução fica

estipulado o tombamento das volumetrias formadas por seus telhados, fachadas, elementos de ornamentação e composição arquitetônica. Alguns elementos construtivos e/ou decorativos existentes no Interior das residências deverão ser descritos em Resolução de tombamento que a CSPC indicará se após estudo no local considerar de relevância. O Conselho **APROVA o Tombamento dos Imóveis à Rua Barão de Jaguará nº. 548; à Rua Barão de Jaguará nº. 576; à Rua Duque de Caxias nº. 385 e Retira do Processo de Estudo o Imóvel à Avenida Francisco Glicério nº. 601 - Processo de Estudo de Tombamento nº. 006/08 (imóveis na área envoltória do Largo do Pará). REFERENDO DO CONSELHO - Ciência (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 01 - Protocolado nº. 12/10/18793 PG.**

Interessado: Loja Maçônica Independência. Assunto: como parte do trâmite para obtenção do Certificado de Transferência de Potencial Construtivo da Loja Maçônica Independência, bem tombado pelo Condepacc, Processo nº. 003/95, Resolução nº. 080/09, solicita parecer quanto à área de cálculo para o bem em questão. Parecer favorável da CSPC considerando que no ato do tombamento apenas a fachada ficou protegida, sendo que a área efetivamente relevante para a preservação do patrimônio é a área de projeção em planta da alvenaria da fachada de 12 m<sup>2</sup> (20m x 0,60 m). Conforme artigo 4º da Lei Complementar nº. 028/2009 e Decreto nº. 17.335/2011 a área relevante ao tombamento deve ser aprovada pelo Condepacc. O conselheiro Joao Manuel Verde dos Santos solicita nova análise da CSPC quanto à área indicada para a Certidão de Transferência de Potencial Construtivo. O Conselho **APROVA** a solicitação do conselheiro João Manuel Verde dos Santos para nova análise da CSPC quanto à área indicada para a Certidão de Transferência de Potencial Construtivo. **REFERENDO DO CONSELHO aos pareceres favoráveis da CSPC (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 02 - Protocolado nº. 14/10/55504 PG.**

Interessado: Ismar Tulio Curi (Basílica do Carmo). Assunto: solicitação de autorização de implantação de projeto de instalação dos sistemas de luminotecnica e de proteção contra descarga atmosférica, para compor os serviços de restauro das fachadas externas que se encontra em andamento na Basílica Nossa Senhora do Carmo, situada à Praça Bento Quirino, tombada conforme Processo de Tombamento nº. 001/99, Resolução nº. 050/04. Parecer favorável da CSPC ao solicitado uma vez que as intervenções não descaracterizarão ou promoverão danos à composição arquitetônica das fachadas e volume da edificação tombada.

O Conselho **APROVA** conforme parecer favorável da CSPC ao solicitado uma vez que as intervenções não descaracterizarão ou promoverão danos à composição arquitetônica das fachadas e volume da edificação tombada. / **03 - Protocolado nº. 13/11/11008 PDU.**

Interessado: Edileusa Maria Bento C. Machado. Assunto: pedido de regularização de unidade habitacional unifamiliar, localizada à Rua Paulo Del Álamo nº. 220, Bosque de Barão Geraldo, em lote inserido na envoltória de 300 m e na Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação ARIE Mata Santa Genebra. Parecer favorável da CSPC à solicitação, pois a cerca elétrica que havia no imóvel e que feria a legislação ambiental foi retirada. O Conselho **APROVA** conforme parecer favorável da CSPC à solicitação, pois a

cerca elétrica que havia no imóvel e que feria a legislação ambiental foi retirada.  
**/ 04 – Protocolado nº. 14/10/53341 PG.** Interessado: Sílvia Bastos Rittner.  
Assunto: solicitação para implantação de rede de esgoto na lateral da Avenida Giuseppna Vianelli di Napoli, área envoltória de bem em Estudo de Tombamento conforme Processo nº. 004/03, item 19, Cerrado do Laboratório de Luz Sincrontron. Parecer favorável da CSPC, pois conforme projeto a implantação de rede de esgoto será realizada abaixo da superfície do solo e distante me média de 20 metros do bem em estudo e não irá interferir na preservação do mesmo. O Conselho **APROVA** conforme parecer favorável da CSPC, pois conforme projeto a implantação de rede de esgoto será realizada abaixo da superfície do solo e distante me média de 20 metros do bem em estudo e não irá interferir na preservação do mesmo. Nada mais havendo, o presidente Claudiney Rodrigues Carrasco agradece a todos e encerra a reunião, da qual eu, Rita de Cássia Barthasar de Paula, transcrevo a presente Ata, que deverá ser aprovada pelo CONDEPACC. Campinas, 13 de novembro de 2014.